

# Comprometimento democrático da Universidade

Prof. MOZART VICTOR RUSSOMANO



*Ministro Mozart Victor Russomano*

Minha presença neste ato tem o respaldo de dois equívocos.

O primeiro equívoco resulta de um erro de juízo de valor. Esta Casa é rica de especialistas em Direito Constitucional e em Ciência Política, alguns dos quais ilustrarão o curso em homenagem ao Senado Federal, no ano de seu Sesquicentenário, que hoje vai iniciar-se. Outros, portanto, melhor do que eu, deveriam ser, neste ato, o intérprete da Universidade de Brasília; em particular, de seu Departamento de Direito, chefiado pelo nosso ilustre colega, Prof. José Francisco Paes Landim.

O segundo equívoco decorre de pequeno erro tipográfico. No convite que circulou entre todos vós, com excessiva generosidade, fui posto na posição de "conferencista". Na realidade, Sr. Presidente do colendo Senado Federal, não trago uma conferência, nem sequer uma palestra. Trago, apenas, duas palavras de admiração e reconhecimento, em nome da nossa Universidade, ao Senado do Brasil e a V. Ex<sup>a</sup>, pessoalmente, pela obra cívica que, ao longo dos anos, a Casa de V. Ex<sup>a</sup> tem realizado no aprimoramento das nossas instituições republicanas.

Se ao elenco dos equívocos referidos me for permitido acrescentar um terceiro erro, por minha conta exclusiva, cometerei, deliberadamente, um erro literário, começando por um lugar comum, isto é, repetindo que as instituições, ao contrário dos organismos vivos, não envelhecem com o passar do tempo. Ao revés, revitalizam-se. Remoçam todos os dias. Em particular, as instituições políticas recebem o alento rejuvenescente dos séculos quando transitam pelos caminhos iluminados da História, em cujas margens o destino, pouco a pouco, vai plantando as grandes conquistas do espírito e os direitos inalienáveis da Humanidade e de humanidade.

Nosso Magnífico Reitor disse bem, ao dizer que o Senado do Brasil vem do fundo da nossa História Imperial. Vem da infância da nossa Pátria e, ao longo de século e meio, se transformou em um dos repositórios das tradições democráticas do nosso País.

Pela serenidade política de seus dirigentes e de seus integrantes, cercado da confiança e do respeito do nosso povo, o Senado Federal tem sabido viver e sobreviver às crises, não raro tumultuosas, da História Nacional. Se a Câmara dos Deputados, por exemplo, algumas vezes se transforma em grande caixa de ressonância cívica, onde cresce e se multiplica o clamor das reivindicações populares, nas paredes do Senado — que algumas vezes me parecem revestidas de veludo e de camurça —, a experiência ameniza o entrecchoque e eleva o debate, a serenidade acalma o espírito. Graças a tudo isso, faz-se o equilíbrio bicameral entre o povo, que protesta ou aplaude, e a federação, em cuja estrutura subsiste a unidade e a perpetuidade da República.

Gostaria de lembrar, para desdobrá-lo, um pensamento de Stahl: o Poder Legislativo tem a lei como objeto da sua criatividade; o Poder Judiciário nela vê um fim em si mesmo; o Poder Executivo encontra no direito positivo o limite da sua força política e de seu poder administrativo. O Poder Legislativo, como é elementar, cria a lei. Mas o legislador está preso a um princípio que chamo de **princípio do realismo racionalmente progressista**, segundo se atende — sobretudo nos países em desenvolvimento — o indispensável antes do necessário, o necessário antes do útil, o útil antes do supérfluo. O Poder Judiciário recebe essa lei para garantir-lhe a eficácia, pois é o único órgão do Estado que tem força para negar a aplicação da lei — quer ao considerá-la revogada, quer ao considerá-la inconstitucional — e que, ao mesmo tempo, pode cassar os efeitos dos atos administrativos do Governo.

Por outras palavras, a democracia começa no Parlamento, exerce-se no governo e culmina no Tribunal. Sem esse equilíbrio, quando algum

poder perde voz e força, não existe democracia de direito. Quando um poder perde a coragem e se acovarda, não existe democracia de fato.

O Poder Legislativo, ao elaborar o sistema jurídico de um país, e o Poder Judiciário, ao aplicar a lei, criam as balizas dentro das quais se desenvolve a atividade democrática do Poder Executivo.

De certa forma, em certa medida, por isso, é válida a velha idéia liberal que Montesquieu, fazendo seu pensamento saltar sobre o Canal da Mancha, arrancou da doutrina britânica e universalizou, graças ao engenho e à arte do espírito francês: O equilíbrio harmônico entre os poderes do Estado, cada vez menos independentes, cada vez mais interdependentes.

Se procurássemos entre as várias características dos Estados modernos um traço comum e bem definido, sejam eles democráticos ou totalitários, capitalistas ou socialistas, ricos ou pobres, industrializados ou subdesenvolvidos, em todos notaríamos o fenômeno do progressivo fortalecimento do Poder Executivo.

Hoje, quase não se consegue um Estado moderno sem um Executivo forte. Por isso, para que o Poder Executivo seja forte, sem deixar de ser democrático, ele precisa e carece das limitações políticas e dos freios administrativos que resultam da presença catalisadora do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Essa força extraordinária que arma os Governos, transforma o Poder Executivo no instrumento ideal e poderoso, talvez no único instrumento capaz de realizar, globalmente, o planejamento da vida nacional e de executar uma política de desenvolvimento. De desenvolvimento econômico, em uma primeira etapa, que assenta nas idéias tradicionais da justiça comutativa e da justiça distributiva, mas que rola sobre suas próprias engrenagens, gira sobre seus próprios eixos, que transcende seus próprios limites e que chega ao ápice de sua marcha ou que penetra a área maior do desenvolvimento integral, cuja idéia-raiz é a Justiça Social, compreendida e executada como participação direta do povo no grande tesouro das riquezas nacionais.

A Justiça Social transformou o capitalismo burguês do século passado e da primeira metade do nosso século no neo-capitalismo que define, no Ocidente, o estágio histórico em que nos encontramos. Foi ela que fez, há alguns anos atrás, com que se sonhasse, na França, com o "pancapitalismo" da participação geral, embora não uniforme, do homem nas maravilhas do século e nos encantamentos da vida.

Quando na Europa se polemizava, em Paris, sobre as coisas metafísicas do Direito, Léon Duguit não contestou um ponto sobre o qual Michoud e François Géný haviam concordado. A verdadeira tarefa do Direito, através da lei, é introduzir nas relações sociais a idéia de Justiça. Eu digo mais: essa é a tarefa fundamental do Estado moderno, porque, através da lei, através do ato administrativo e através da sentença judiciária, o que se quer, o que o povo espera, o que o povo exige, é Justiça;

*Justiça no sentido de elevação da sua própria dignidade, de supressão da miséria e do desemprego, de enriquecimento coletivo e de acesso de todos ao patrimônio resultante desse enriquecimento.*

Recordo, meus senhores, que naquela mesma época, em 1910, Croiset, falando na Sorbonne, afirmou: "Toda ciência perece no dia em que se cristaliza em fórmulas imutáveis." O pensamento humano é errático por natureza. A observação, a meditação, a investigação, a revelação e, logo depois, um vir-a-ser infinito de revelações sucessivas. Tudo, no universo e na sociedade humana, é o movimento de algo essencial e profundo, que, teleologicamente, se destina a um fim transcendental e que se auto-revela perenemente. O Estado, como obra humana, também não se cristaliza em fórmulas imutáveis — sejam essas fórmulas políticas, administrativas, jurídicas ou econômicas —, porque, caso contrário, o Estado pereceria. Nada, absolutamente nada, se pode opor ao curso dos acontecimentos e da História, cujo caudal até hoje desafia a barragem das contenções e o muro das violências extremistas. O espírito do homem salta sobre todos os obstáculos. Voa em todos os céus. É inútil aprisioná-lo. Ele se liberta. É inútil comprimi-lo. Ele se expande. A alma do povo é mais forte que a Força, mais bela que a Beleza e mais justa que a Justiça.

Duguit, amarrado, como Prometeu, ao penedo de seu positivismo, disse, com a ironia que lhe era peculiar: "Todas essas especulações filosóficas e metafísicas eu as admiro e me agradam. Não passam, contudo, de belos poemas".

Digo eu que um poema é realmente belo na medida em que o homem sabe transformá-lo em realidade e em ação. Goethe, o grande lírico, formulou o conselho romântico: "Faze de tua dor um poema." Esse conselho pode ser repetido por nós, homens de atividade universitária, aos povos contemporâneos, inclusive ao povo do Brasil, ensinando-lhe a fazer de sua dor um poema, mas ensinando-lhe, também, a fazer desse poema um programa de ação pragmática, ao lado dos nossos dirigentes e dos nossos líderes, para fortalecimento das instituições nacionais, dentro de uma ordem social cada vez mais justa, nascida das dores fecundas da civilização moderna.

Receba, ilustre Senador Magalhães Pinto, esta homenagem como a homenagem da Universidade de Brasília ao Senado Federal e, também, a V. Ex<sup>ª</sup>, pelos relevantes serviços que a instituição que V. Ex<sup>ª</sup> representa e que V. Ex<sup>ª</sup>, pessoalmente, tem prestado ao nosso País, e dos quais nosso Magnífico Reitor, Prof. José Carlos de Azevedo, traçou, em linhas largas e brilhantes, nítida síntese. Por extensão, permito-me estender esta homenagem da Universidade de Brasília aos Srs. Deputados e a todos os legisladores brasileiros, transformando esta homenagem da Universidade de Brasília ao Senado em uma homenagem do espírito universitário nacional à vida política do Brasil.

E peço que não se estranhe um pronunciamento e uma afirmação dessa natureza. A Universidade se insere no contexto nacional como unidade complexa, resultante do encontro e, às vezes, do desencontro de gerações, de aspirações, de reivindicações das quais são representantes

ou titulares aqueles que nela ensinam, que nela pesquisam, que nela estudam, que nela trabalham.

O Cardeal Danielou (cuja morte, em Paris, foi motivo para tantas versões desconstruídas e quase certamente injustas) exclamou, certo dia, no Instituto de França: "Não é exato que a Universidade seja apolítica!" Ao contrário, hoje, sabemos nós, ela é essencialmente política, por destinação. A política partidária sim, para nos seus muros, não atravessa seus portões, não passeia pelos seus jardins, não caminha pelas suas alamedas. Mas Política é participação na vida pública, é exercício da administração, é alcance e realização do poder conquistado. Assim, nela, por natureza e destino, a Universidade está presente. Não lhe cabe, a ela, Universidade, apenas, formar elites de laboratório, profissionais liberais, poetas e pensadores. As elites culturais que ela forma devem dirigir-se, também, à luta pela conquista do poder e pelo exercício do poder.

A formação democrática das elites dirigentes é uma das mais relevantes funções da Universidade contemporânea. Por isso mesmo, nosso Magnífico Reitor, de público, acentuou algo, há pouco tempo passado: nota-se de parte da juventude certo alheamento dos problemas e das soluções políticas do nosso País. Sentimos, por isso, fortemente, que a Universidade tem, realmente, o dever de despertar essa juventude para os horizontes certos ou incertos daquela problemática, despertando vocações políticas com o mesmo entusiasmo e o mesmo élan com que se busca despertar vocações sacerdotais.

Claro não existe uma Física fascista, democrática ou comunista. Não existe uma Química fascista, democrática ou comunista. Não existe uma Matemática fascista, democrática ou comunista. As verificações, os princípios, as leis da Física, da Química, da Matemática são, sempre, os mesmos, independentemente da estrutura política e governamental de determinada nação. Mas, existem, sim, filosofias, sociologias, estéticas, direitos, fascistas, democráticos ou comunistas. E a juventude, dentro da Universidade, deve ter acesso a todas essas variantes do pensamento, para conhecê-las, discuti-las, distingui-las e, entre elas, escolher a melhor, encontrando o caminho certo, que é sempre o caminho da liberdade e da democracia.

Mesmo os técnicos, os pesquisadores, os profissionais liberais, os homens que vivem curvados sobre suas provetas, sobre seus microscópios, manejando seus bisturis, seus livros, seus tratados, seus códigos, mesmo eles, amanhã, serão utilizados, pragmaticamente, pela Nação. Por isso, sua obra também tem sentido político na construção do País; quero dizer: na construção do País em bases concretas, e essas bases concretas, sobre as quais se cria o Estado, essencialmente, são, também, por paradoxal que pareça, bases ideológicas. Em síntese, a Universidade moderna está comprometida consigo mesmo, com o destino político do seu País e com o futuro do mundo em que ela se insere. Para nós, brasileiros, esse comprometimento é um comprometimento democrático. Estamos equidistantes das fórmulas extremistas. Todos os dias fazemos a reafirmação do nosso compromisso com um Brasil novo, um Brasil no qual se revigoram os princípios liberais dos direitos do homem, mas que, em termos eco-

nômicos — digo eu em tom pessoal, embora esteja falando em nome da nossa Universidade —, está abandonando, já abandonou, as fórmulas do liberalismo, perdidas no tempo e na distância. Usando o Governo, necessariamente forte, como instrumento de ação para que o País arranque da sua terra e das suas indústrias o máximo de rendimento; mas para que, também, arranque da sua História a maior felicidade possível para todos os homens.

Basta olhar o **mapa mundi**, aberto diante de nossos olhos, para que vejamos o programa politicamente expansionista dos extremismos e do imperialismo doutrinário. As democracias ocidentais se estão transformando em uma ilha cercada de ameaças por todos os lados. Não basta, pois, que haja "paz na terra entre os homens de boa vontade". É preciso algo mais. É preciso que os homens de boa vontade estejam dispostos a manter a paz na terra, enfrentando os homens que não têm boa vontade.

Por isso algumas vezes atrevo-me a pensar que, em certos momentos, a sabedoria oriental é mais cristalina que a sabedoria cristã. Sem querer incorrer no pecado maniqueísta, afirmo que não é mais possível oferecer a outra face ao agressor insólito. É preferível repetir o que dizia Confúcio: "O bem se paga com o bem e o mal se paga com o mal, porque, se pagarmos com o bem o mal que nos façam, amanhã não teremos, no nosso alforge, a moeda adequada para pagarmos o bem que nos façam os nossos semelhantes."

Quero encerrar esta exposição, que se fez longa, repetindo, illustre Senador Magalhães Pinto, a homenagem do nosso apreço, do nosso respeito, da nossa admiração e da nossa solidariedade ao Senado Federal. E, para resumir, em poucas palavras, tudo aquilo que disse, que sinto e que penso a propósito da nossa realidade, isto é, da realidade viva do nosso País, eu, homem vindo dos pampas, vou procurar no cancionero anônimo do nordeste uma pequenina quadra poética. Ingênua e popular, composta de versos de seis sílabas, que, quando superpostos, formam, surpreendentemente, dois alexandrinos perfeitos, ela nasceu assim, da espontaneidade do cantor:

"Os pães eram só sete.  
As bocas sete mil.  
Quem vai multiplicar  
Os pães do meu Brasil?"

Já que me atrevi à pergunta, atrevo-me à resposta. Nós, illustre Senador, nós, os brasileiros, repetiremos o milagre da multiplicação, pelo nosso trabalho, pelo nosso sofrimento, pela consciência do nosso sacrifício, pelo esplendor da nossa firmeza e do nosso êxito, pelo nosso amor ao Brasil, pela nossa confiança no dia de hoje, pela nossa esperança no dia de amanhã. Mas, acima de tudo, por nós mesmos, por sabermos que o homem é o cadinho de tudo, e que, na vida deste século, da pessoa humana, de suas profundas raízes anímicas, de seu trabalho e de seu gênio nascem a felicidade do povo e a grandeza das nações.